

um sacerdote a um iniciado (em francês: «Ó Untel»!!!) ou a expressão «o Osíris *untel*» (pp. 100 e 136). Tais faltas, que revelam um desconhecimento do tema tratado, detectam-se no uso da forma Gizé (p. 7) em vez de Guiza, «padres» em vez de sacerdotes (pp. 8 e 142), alternando com «profetas» (p. 56), uma designação imprópria para os sacerdotes egípcios, o título-nome de «Os dois soberanos» (p. 24) em lugar de «Duas Senhoras» (ou Nebti, o segundo nome da titulatura real), a expressão *per-aá* (faraó = palácio) foi deixada à moda francesa de *pr-âa* (p. 26), *Papyrus* em vez de Papiro (p. 29 e outras), Boulaq em lugar de Bulak (p. 95), o título de «Mestra da Montanha Sagrada» (p. 110, de *Maîtresse*) aplicado à deusa Hathor, em vez do habitual «Senhora da Montanha Sagrada».

Deviam ter sido passados para português os *Ensinamentos* de Amenemope em lugar de manter o francês *Enseignement* (p. 20), o mesmo sucedendo com o «cerimonial de coroação do Ano Novo» que estranhamente ficou em francês na versão portuguesa (*Cérémonie de couronnement du Nouvel An*, p. 21), o *Livre de la Nuit* (p. 134) surge em francês, e em vez de se dizer que o templo de Karnak «não entregou ainda todos os seus segredos» ficaria mais expressivo «não revelou ainda todos os seus segredos» (p. 16). Acrescente-se que as obras de arte devem vir em redondo (Estela de Sehetepibré; Estela de Israel, Escriba Sentado...), e anote-se ainda a presença do escusável galicismo «constatação» (p. 12), o vil «cartucho» (p. 23 e outras) em lugar de cartela, o intragável «psequente» (p. 35) em vez do «pchent», a aberrante «espelta» na p. 35: o que os deuses ofereciam ao rei era cevada, pão, cerveja e trigo, e não a espelta (um trigo de qualidade inferior e impróprio para o requintado mundo dos deuses e dos faraós).

Luís Manuel de Araújo

CHRISTIAN JACQ, *A Sabedoria Viva do Antigo Egipto*, Bertrand Editora, Venda Nova, 1998, 167 pp., ISBN 972-25-1076-2

Depois de ter lançado em Portugal vários romances de Christian Jacq decidiu a Bertrand incluir na sua programação editorial uma obra de carácter diferente da autoria do incansável egiptólogo francês, a qual se pretende apresentar «como um percurso nas paisagens do pensamento egípcio» (p. 11). O volume recolhe uma série de textos escritos por diversos sábios egípcios, modelos de ponderação e de

virtude, homens «de coração vigilante, de língua acerada, de palavra eficaz», em suma, seres impolutos e inspiradores de uma nobre conduta. Afinal, «foi por a civilização egípcia ter sabido criar seres dessa têmpera que venceu o tempo, a barbárie, os invasores e a loucura destruidora» (p. 10).

A selecção de textos distribui-se por catorze capítulos, evocando o primeiro «A força e a palavra dos sábios» (pp. 13-16) e o segundo «O caminho da rectidão» que eles deviam seguir (pp. 17-30). Desfilam depois os textos que ilustram, à maneira egípcia, o modo de ser e estar no mundo, vencendo a ignorância, repelindo o mal e comportando-se de acordo com a *maet*, a norma que leva cada um a cumprir no quotidiano o «acto justo» que permitirá alcançar a sabedoria na terra e a eternidade no Além, «um acto desprovido de egoísmo, um acto útil e luminoso para outrem, na condição de respeitar uma regra de ouro: agir para aquele que agiu» (p. 10). Assim se entendem as passagens sobre «O deus dos sábios» (pp. 31-43), «O sábio e o universo» (pp. 45-51), «O sábio e o tempo» (pp. 53-57), «A ciência do sábio» (pp. 59-76), «O comportamento do sábio e a sua acção» (pp. 79-84), «Sabedoria e poder» (pp. 87-93), «Sabedoria e relações humanas» (pp. 97-106), «As qualidades do sábio» (pp. 109-120), «Os defeitos a evitar» (pp. 123-132), «Destino e viagens do sábio» (pp. 135-139), «Vida, morte e Além» (pp. 143-151), e finalmente «O templo e os rituais» (pp. 156-157).

A recolha baseou-se em «Ensinamentos» de Hordjedef, Ptah-hotep, Amenemope, Anii, Ankhchechonk, Petosíris, além de textos destinados aos reis Merikaré (X dinastia) e Senuseret I (ou Sesóstris I, da XII dinastia). Foram ainda utilizados os «Textos das Pirâmides», os «Textos dos Sarcófagos» e o «Livro dos Mortos», aqui anunciado como «Livro para sair à luz do dia». É certo que esta expressão traduz à letra a maneira como os Egípcios designavam essa compilação (*rau nu peret em heru*), mas os leitores não os identificarão com os textos funerários conhecidos por «Livro dos Mortos» (ao menos que se incluisse uma nota a estabelecer a correspondência). O Autor serviu-se também de outros documentos menos conhecidos mas que contêm máximas de grande riqueza moral, e ele próprio avisa que fez a sua escolha «privilegiando os preceitos cuja tradução está estabelecida com um bom coeficiente de certeza. É necessário saber, com efeito, que estes textos são muitas vezes de grande dificuldade e que muitas passagens levantam ainda problemas insolúveis» (p. 11). É um aviso útil, mas apresentar na mesma página o letrado Ipu-uer como «profeta» a predizer catástrofes é controverso: não há profetismo no sentido em que o entendemos na Bíblia, atendendo a que no Egipto textos

como os de Ipu-uer foram escritos numa época posterior aos acontecimentos que se «previam».

Uma revisão mais cuidadosa teria evitado a apresentação de certas palavras à moda francesa: Maât (em todo o livro) em vez de Maet (ou Maat), Ipou-our em vez de Ipu-uer, Séthi I devia ser Seti I, Pepiankh e não Pépi-ânkh, Hapu e não Hapou, podendo as formas afrancesadas de Kahoun, Saqqara e Gizé ser substituídas por Kahun, Sakara e pela prosodicamente mais correcta Guiza; devia estar Ankhesneferibré (e não Aknkhes-nefer-ib-rê), Khakheperréseneb (e não Kha-keper-rê-seneb), Sehetepibré (e não Séhetep-ib-rê), Bakenhonsu (e não Bakhen-khonsou), Renpetnefert (e não Renpet-Néféret), Rediu (e não Rediou), entre outras anomalias. É ainda de lamentar que nome do egiptólogo alemão S. Schott venha como Scott (p. 15), que a Estela de Florença 1572 seja aqui a *Estela Florence* (p. 43), Ptah-hotep aparece como Ptahotepe (em todo o livro), Merikaré está adulterado como Merykare. Lembremos, enfim, que as estátuas egípcias assentavam sobre pedestais ou sobre bases em vez de estarem «poisadas» (p. 9).

A falta de conhecimentos de egiptologia detecta-se ainda na errada utilização de expressões como «Novo Império» em vez de Império Novo (p. 11) e na opção pelo já desusado Rá em vez da mais correcta forma de Ré que desde há mais de vinte anos se foi impondo nos textos egiptológicos (várias editoras continuam a martelar na ultrapassada forma de Rá, quando não mesmo na mecânica versão afrancesada de Râ ou de Rê, assim mantida em versões portuguesas).

Luís Manuel de Araújo

CHRISTIAN JACQ, *O Egipto dos Grandes Faraós. A História e a Lenda*, Edições ASA, Porto, 1999, 253 pp., ISBN 972-41-2046-5

Comprovando que desde há uns dez anos a esta parte os títulos sobre o Egipto faraónico estão na moda em Portugal, as Edições ASA (ASA Editores II) não quiseram ficar para trás e, depois de *As Rainhas*, também da autoria de Christian Jacq, decidiram editar o presente volume. A obra divide-se em vinte capítulos, cada um deles dedicado a um soberano ou a vários (cap. 5: «Quéops, Quéfren e Miquerinos, ou o reinado dos gigantes»). Começa com o rei Escorpião (pp. 29-41) e o «nascimento da nação» com Menés (pp. 43-50), seguindo-se Djoser (pp. 51-68), Seneferu (pp. 69-73) e os reis construtores das pirâmides de Guiza (pp. 75-94). «O reinado mais longo da história» é a